



Número: **0832696-98.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **31/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
BRUNO DE LIMA FELISARDO (AUTOR)		INACIO BRUNO SARMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27284186	31/12/2019 10:04	Petição Inicial	Petição Inicial
27284187	31/12/2019 10:04	Petição Inicial	Outros Documentos
27284188	31/12/2019 10:04	Procuração	Procuração
27284189	31/12/2019 10:04	Doc. Pessoais e Comp. de Residência	Documento de Identificação
27284190	31/12/2019 10:04	BO e Comp. de Pag. Administrativo	Outros Documentos
27284193	31/12/2019 10:04	Doc. Médica 1	Outros Documentos
27284194	31/12/2019 10:04	Doc. Médica 2	Outros Documentos
27284195	31/12/2019 10:04	GuiaCustas	Outros Documentos
27348832	10/01/2020 21:26	Despacho	Despacho
27507801	16/01/2020 17:31	Despacho	Despacho
27589346	21/01/2020 14:46	Petição	Petição
27589949	21/01/2020 14:46	Emenda à Inicial	Outros Documentos
27661091	23/01/2020 18:11	Decisão	Decisão

Petição Inicial em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
CIVIL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB.**

BRUNO DE LIMA FELISARDO, brasileiro, solteiro, serviços gerais, portador do RG de nº 3597994, e CPF de nº 109.544.994-09, residente e domiciliado na Rua João Vicente Santos nº 108, Bairro: Mutirão na cidade de Campina Grande/PB, por intermédio do seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço que consta no rodapé desta, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor o presente:

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.

COMPLEMENTO

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.205, CNPJ 09.248.608.0001-04 expondo e ao final querendo o seguinte:

AB INITIO, diante da situação financeira em que se encontra o Promovente requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso a Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

É cediço que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de nº. 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.

DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual de acordo zero adotada pela parte Ré, a parte autora vem manifestar, em cumprimento ao **art. 319, inciso VII do NCPC/2015**, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do



procedimento e a necessidade de que **ambas as partes** dispensem a sua realização, conforme previsto no **art. 334, §4º, inciso I, do NCPC/2015**.

DOS FATOS E DOS DIREITOS

No dia **18.08.2019**, o requerente foi vítima de acidente automobilístico, quando estava trafegando pela Rodovia BR 230, Alça Sudoeste, nesta cidade de Campina Grande-PB, conduzindo a motocicleta Honda/CG 125 FAN KS, ano/modelo 2011/2011, de cor vermelha, chassi de nº 9C2JC4110BR755672, de placa NQE-1564/PB, quando nas proximidades da rotatória de acesso ao DETRAN, envolveu-se em colisão com um veículo de marca, placa e demais características não identificadas, inclusive o condutor, sendo que em decorrência do impacto o autor foi jogado ao solo, sofrendo lesões graves, sendo socorrido e encaminhado ao de Hospital de Emergência e Trauma em Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, o que ocasionou incapacidade permanente na parte autora, fatos estes, devidamente comprovados no teor do Boletim de Ocorrência da Polícia, Ficha de Internação e Cirurgia, todos em anexos.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes ao Autor, tais como o como **FRATURA DE FÊMUR DIREITO, ONDE FOI SUBMETIDO A CIRURGIAS DE OSTEOSÍNTESE (PLACA/PINOS/PARAFUSOS)**, devido ao acidente, o que sem duvidas resultou no comprometendo total do membro, conforme se observa nos laudo médicos acostados aos autos e pericia a ser realizada.

Acontece que a parte autora, buscou seus direitos pela via administrativa, recebendo um valor irrisório de **R\$ 1.687,50 (MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo.

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional/invalidez dos membros supra mencionado corresponde ao valor Máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela DPVAT, descrita em lei especial.

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com



veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz *jus* à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometeram e o registro de ocorrência no órgão policial competente, **estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:**

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006.

Rua: João Sérgio de Almeida, nº800 –B, Severino Cabral,
Bodocongó, Campina Grande – PB. CEP: 58430-340.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com



PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74,

DO REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, a complementação do pagamento da indenização em epígrafe, **fundada no valor de R\$ 11.137,50 (ONZE MIL, CENTO E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) referente ao DPVAT**, face a invalidez sofrida pelo autor, que veio a comprometer a função do adquirida através de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

01- que Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

02- Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com **o rito especial imposto a lide**, tenha início a instrução e julgamento;

03 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais, que serão apresentadas independentemente de intimação;

Rua: João Sérgio de Almeida, nº800 –B, Severino Cabral,
Bodocongó, Campina Grande – PB. CEP: 58430-340.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com



04- seja intimado o autor para ser inquirido nos autos, e com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativo a data do sinistro;

05- com fundamento no Art. 246, I do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);

06- seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente à honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;

07- não necessitando que seja oficiado a SEGURADORA LIDER para remeter copia do processo administrativo, pois seguem e anexo copias das documentações;

08- Não precisando que seja intimada a direção da casa hospitalar onde o autor, ora paciente, foi atendido para disponibilizar prontuário, pois os mesmos já encontra-se em anexo;

09 – **requer a produção de prova pericial**, oficiando o NUMOL/PERITO a ser nomeado por V. Excelência, visto que tal exame torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art.2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se a presente o valor de **R\$ 11.137,50 (ONZE MIL, CENTO E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)** para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 31 de Dezembro de 2019.

INACIO BRUNO SARMENTO
- Advogado - OAB/PB 21.472



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:_____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA (), de que forma?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):_____

_____.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.

Sem mais, em ____/____/_____.

(Assinatura – carimbo – CRM)

Rua: João Sérgio de Almeida, nº800 –B, Severino Cabral,
Bodocongó, Campina Grande – PB. CEP: 58430-340.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com



PROCURAÇÃO AD JUDICIA E EXTRA JUDICIAL

OUTORGANTE: Bruno de Lima Felizardo, brasileiro (a),
solteiro, mulato portador da Cédula de Identidade nº:
3597994, inscrito no CPF nº: 10915491994109, residente e domiciliado
na Rua São Vicente Santos, Nº 108, Bairro, Matão,
na Cidade de Campina Grande - PB, CEP
58400-000, FONE _____.

OUTORGADO: INÁCIO BRUNO SARMENTO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB sob nº 21.472, com endereço profissional na Rua: **Dinamarca Alves Correia, 1020, loja 02, Dinamérica, na Cidade de Campina Grande/PB, 3334-1289/99988-5048/98769-2274, Email: inaciobrunoadv@gmail.com**

PODERES: Poderes para o foro em geral, a fim de defender os interesses e direitos do Outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive perante esta Douta Vara, propondo Ações competentes em que o Outorgante seja autor ou reclamante, defendendo-o quando for Réu, Interessado ou Requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, acordar, recorrer, receber e dar quitação, confessar, firmar compromisso, prestar declarações, renunciar direitos, bem como substabelecer a presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier, praticarem todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, ao qual dar como firme e valioso, enfim praticar todos os atos previstos no art. 105 do Novo Código de Processo Civil com redação dada pela Lei nº 8.952 de 13.12.94 e art. 5º, § 2º da Lei nº 8906, de 04.07.94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

CONTRATO: O Outorgante obriga-se a pagar ao outorgado, a título de verba honorária advocatícia remuneratória pelos serviços prestados, ora contratados, a importância de 30%, calculados sobre o valor da causa, da condenação ou do acordo celebrado.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA DE RENDIMENTOS

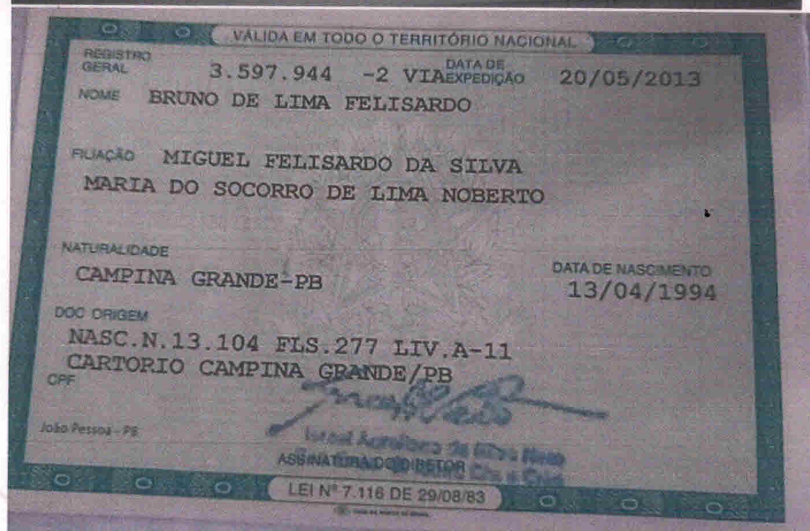
A parte outorgante, conhecedora dos termos da Lei n.º 1.060/50, declara que é pobre na forma da lei e que não tem condições de dar prosseguimento à demanda judicial sem comprometimento da subsistência de sua vida e de sua família.

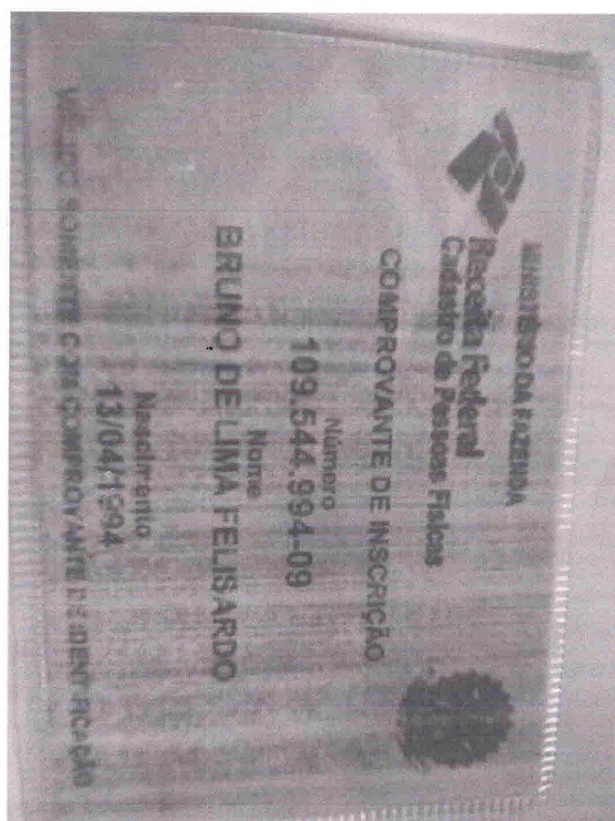
Campina Grande/PB, 28 de Novembro de 2019.

Bruno de Lima Felizardo
Outorgante/Declarante

Rua: Dinamérica Alves Correia, nº1020, loja 02,
Dinamérica, Campina Grande – PB. CEP: 58400-000.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com







BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica : N° 004.440.487



ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Av. Dep. Raimundo Asfora, 4799 - BR 230 - KM 158 - Três Irmãs
Campina Grande / PB - CEP 58423-700
CNPJ 08.826.596/0001-95 Insc.Est. 16.003.839-1

DADOS DO CLIENTE

GIOVANA DE LIMA ALVES
RUA JOAO VICENTE SANTOS 108
CAMPINA GRANDE

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

4/36476-0

REFERÊNCIA

AGO/2019

APRESENTAÇÃO

19/08/2019

CONSUMO

100

VENCIMENTO

26/08/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 87,62

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
00190.00009 03149.036000 00097.103170 3 799300000008762				
Pagador: GIOVANA DE LIMA ALVES CNPJ/CPF: 016.081.234-80				
RUA JOAO VICENTE SANTOS 108 - SERROTAO - CAMPINA GRANDE / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
31490360000097103	000036476201908	26/08/2019	R\$ 87,62	
BENEFICIÁRIO:ENERGISA BORBOREMA DISTRIB DE ENERGIA SA				
AV DEPUTADO RAIMUNDO ASFORA, 4799 - BR 230 KM 158 - TRES IRMAS - CAMPINA GRANDE / PB - CEP 58423-700				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2057-5				



Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 31/12/2019 10:03:37

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19123110033734500000026334665>

Número do documento: 19123110033734500000026334665



GOVERNO DO ESTADO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO
Rua Raimundo Nonato de Araújo, S/N - Catolé - Campina Grande - 58410-163 - (83) 3310-9819



OCORRÊNCIA Nº 000227/19

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL SSP/PB

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 000227/19 registrada em 18/09/2019, que passo a transcrever na íntegra: Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de 2019, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 11:47 horas, compareceu o Sr. BRUNO DE LIMA FELISARDO, com 25 anos de idade, filho de MIGUEL FELISARDO DA SILVA e MARIA DO SOCORRO DE LIMA NOBERTO, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de CAMPINA GRANDE - PB, União Estável, escolaridade Fundamental Incompleta, profissão SERVIÇOS GERAIS, portador da Cédula de Identidade Nº 3.597.944-2ª VIA, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 10954499409, residindo à rua JOÃO VICENTE DOS SANTOS, 108, bairro MUTIRÃO, na cidade de Campina Grande - PB, celular 9-8671.3769.

Declarou que:

Informa o comunicante, que por volta das 12h00min do dia 18.08.2019, estava trafegando pela Rodovia BR 230, Alça Sudoeste, nesta cidade de Campina Grande/PB, conduzindo a motocicleta HONDA/CG 125 FAN KS, ano/modelo 2011/2011, de cor vermelha, chassi nº 9C2JC4110BR755672, de placa NQE-1564/PB, licenciada em seu nome (Bruno de Lima Felisardo), quando nas proximidades da rotatória de acesso ao DETRAN envolveu-se em colisão com um veículo de marca, placa e demais características não identificadas, inclusive o condutor, sendo que em decorrência do impacto o comunicante foi jogado ao solo, sofrendo ferimentos graves, sendo socorrido pelo próprio condutor do veículo envolvido no acidente e encaminhado para o hospital Regional de emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, conforme prontuário médico hospitalar em anexo; Que, no momento do acidente o tempo apresentava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não encontrando-se o comunicante sob a influência de bebida alcoólica; Que, os Policiais da PRF não compareceram ao local e portanto não foi confeccionado o Boletim de Acidente de Trânsito; Que, o comunicante manifesta o desejo de não representar criminalmente contra o condutor do veículo envolvido no acidente, caso o mesmo seja identificado, pois o mesmo lhe prestou socorro e logo depois ausentou-se do hospital sem ser identificado. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FÉ.

Campina Grande, Quarta-feira, 18 de Setembro de 2019

Bruno de Lima Felisardo

BRUNO DE LIMA FELISARDO

Declarante

José Alberto do Nascimento

ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL

Mat. 090.241-1

JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 18 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190667034

Vítima: BRUNO DE LIMA FELISARDO

Data do Acidente: 18/08/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), BRUNO DE LIMA FELISARDO

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um quadril 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

Recebedor: BRUNO DE LIMA FELISARDO

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 104

Agência: 000000737

Conta: 000000110422-4

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em:

www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00261/00262 - carta_15R - INVALIDEZ

00030131



18/08/2019

GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES



ATENDIMENTO URGÊNCIA

PRONT (B.E) N°:1970319

CLASS. DE RISCO: AMARELO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CNPJ: 08.778.268/0038-52
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809 Data: 18/08/2019
Boletim de Emergência (B.E) - Modelo 07 Atendente: acolhimento

PACIENTE: BRUNO DE LIMA

CEP:58400002

Nascimento:13/04/1994

FELISARDO

Sexo:M

Telefone: 33354297

Endereço: RUA JOAO SEVERINO DOS SANTOS

Idade:025

Bairro:MULTIRAO

Cidade: Campina Grande

RG: 3597944

N°:108

Nome da Mãe: MARIA DO SOCORRO DE LIMA

NOBERTO

CPF:

Profissão:AUXILIAR DE PRODUCAO

Responsável:

Data de

CNS:700002181437003

Estado Civil: União Estável

Atend:18/08/2019

CONVÊNIO:SUS

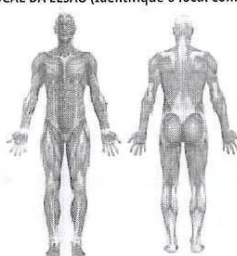
Hora: 12:44:41

Motivo: ACIDENTE DE MOTO MOTO X MOTO

OBS FICHA:

MECANISMOS DO TRAUMA

LOCAL DA LESÃO (identifique o local com o número correspondente ao lado)



1. Abrasão
2. Amputação
3. Avulsão
4. Contusão
5. Crepitação
6. Dor
7. Edema
8. Empalhamento
9. Eritema subcutâneo
10. Esmagamento
11. Equimose
12. F. Arma branca
13. F. Arma de fogo
14. F. Cortado
15. F. Cortante
16. F. Corto-contuso
17. F. Perfuro-contuso
18. F. Perfuro-cortante
19. Fratura óssea fechada
20. Fratura óssea aberta
21. Hematoma
22. Ingurgitamento Venoso
23. Laceração
24. Lesão tendinária
25. Luxação
26. Mordedura
27. Movimento torácico paradoxal
28. Objeto Encastrado
29. Otorragia
30. Paralisia
31. Parestesia
32. Parestesia
33. Queimadura
34. Rinorréia
35. Sinais de Isquemia
- 36.

OBS:

QUEIMADURA:

Superfície corporal lesada = % Grau () 1º Grau () 2º Grau () 3º Grau

DIGNOSTICO / CID:

HTCG-Painel Administrativo

EXAME PRIMÁRIO: () OS CL () OS

Queda de moto com guisa de dor no quadril e coxa D, sem outros guises

Re: fratura transilíaca D, sem danos

ALERGIA:

MEDICAMENTOS:

PATOLOGIAS:

EXAME FÍSICO

PUPILAS () Fotorreagentes () Isocóricas () Anisocóricas ()

Glasgow PA HGT: Sat02

EXAMES SOLICITADOS:

() Laboratoriais

() Gasometria arterial

() Tomografia Computadorizada

() Ultrassonografia:

() Radiografias: *coxa + femur D*

()

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:

Especialista: / às : Dia / /

Especialista: / às : Dia / /

MÉDICO SOLICITANTE

PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

Nº	PRESCRIÇÕES E CONDUTAS	HORÁRIO REALIZADO
1		
2		
3		
4		
5		
6		

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO:

Dr. Felipe Fernandes
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM-PB 8515 - TEOT 15266

jetohtcg/impclassi.php?contar=1970319&dataatend=2019-08-18&horaatend=12:45:22

1/3

Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 31/12/2019 10:03:37

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19123110033758700000026334669

Número do documento: 19123110033758700000026334669

Num. 27284193 - Pág. 1

Data da internação: 18/08/2019 Hora: 13:34:05

SUS Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
---	---

Identificação do Estabelecimento de Saúde	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES	2 - CNES 2362856
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES	4 - CNES 2362856

Identificação do Paciente	
5 - NOME DO PACIENTE BRUNO DE LIMA FELISARDO	6 - N° DO PRONTUÁRIO 1970345
7 - CARTÃO DO SUS 700002181437003	8 - DATA DE NASCIMENTO 13/04/1994
9 - SEXO Masc <input checked="" type="checkbox"/> H Fem <input type="checkbox"/> F	
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL MARIA DO SOCORRO DE LIMA NOBERTO	11 - TELEFONE DE CONTATO DDD 83 Nº DE TELEFONE 33354297
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) RUA JOAO SEVERINO DOS SANTOS , 108 , MULTIRAO	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA Campina Grande	14 - CÓDIGO MUNICÍPIO 250400
15 - UF PB	16 - CEP 58400002

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; min-height: 80px;"> <p><i>Paciente vítima de colisão motor x carro com guelras de dor em quadril D + limitação de ADM.</i></p> <p><i>Rx base: fratura transtrocantérica sem desloc</i></p> </div>			
18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; min-height: 40px;"> <p><i>no unipólio</i></p> </div>			
19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; min-height: 40px;"> <p><i>Rx + exame físico</i></p> </div>			
20 - DIAGNÓSTICO INICIAL	21 - CID 10 PRINCIPAL	22 - CID 10 SECUNDÁRIO	23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO	
24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO	25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO
26 - CLÍNICA	27 - CARATER DA INTERNAÇÃO 02
28 - DOCUMENTO (X) CNS () CPF	29 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE 120318505140018 <i>Dr. Ademir Costa Wanderley</i>
30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE ADEMIR COSTA WANDERLEY	31 - DATA DA SOLICITAÇÃO 18/08/2019
32 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO) <i>[Assinatura]</i>	

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO	36 - CNPJ DA SEGURADORA	37 - N° DO BELHETE	38 - SÉRIE
34 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO	39 - CNPJ EMPRESA	40 - CNAE DA EMPRESA	41 - CBOR
35 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO			
42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO			

AUTORIZAÇÃO	
43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	44 - COD. ORGÃO EMISSOR
45 - DOCUMENTO () CNS () CPF	46 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO / /	48 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)
49 - N° DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	



28/08/2019

HTCG-Painel Administrativo

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB.
NOME : Wagner Luiz Egito De Araujo

CNPJ: 08.778.268/0038-52

Data: 28/08/2019



GOVERNO
DA PARAÍBA

Número do Prontuário: 68434

DATA DA CIRURGIA: 28/08/2019

Número do Atendimento: 1970345 Clín: ORTOPEDIA I / Enf: 9 / Lei: 4

DESCRIÇÃO CIRÚRGICA

Nome do Paciente: BRUNO DE LIMA FELISARDO

Data da Internação: 18/08/2019

Atendimento: 1970345

Diagnostico Pré-Operatório:

Diagnostico Pós-Operatório: 0408050632 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA
TRANSTROCANTERIANA

Cirurgia: OSTEOSINTESE

Data da Cirurgia: 28/08/2019

Equipe:

Cirurgião: WAERSON JOSE DE SOUZA

Aux 1: YWRY DE PAIVA CAMARA

Aux 2: ANA MARIA DA SILVA ANSELMO

Aux 3:

Instrumentador:

Anestesista:

Tipo de anestesia:

Relatório Imediato do Patologista:

Exame Radiológico no Ato: SIM

Acidente Durante Operação:

Descrição da Operação: 01- PACIENTE EM DECUBITO DORSAL SOB ANESTESIA E MESA
DE TRAÇÃO

02- ASSEPSIA E ANTISSEPSIA MID

03- COLOCAÇÃO DE CAMPOS CIRURGICOS ESTÉREIS

04- INCISAO FACE LATERAL QUADRIL D + DIVULSAO POR PLANOS

05- APOSICAO DISPOSITIVO DHS 135 GRAUS (01 PLACA 3 FUROS)

06- FIXAÇÃO EM DIAFISE FEMORAL D (2 PARAFUSOS CORTICAIS 4.5MM)

07- LC + DC + LAVAGEM SF0.9%

08- HEMOSTASIA

09- FECHAMENTO POR PLANOS + SUTURAS

10- CURATIVOS

Data 28/08/2019

Assinatura/Carimbo
Wagner Luiz Egito De Araujo

Dr. Wagner Luiz Egito De Araujo
MR. ORTOPEDIA - TRM - ANTOLOGIA
C.R.M. - P.B. 8926



TABELA DE ALDRETE E KROULIK MODIFICADA
(Critérios para altas da SRPA)

Critério para alta de sala de recuperação pós anestésico	Hora entrada	Hora saída
Nenhum Movimento = 0 Movimenta 2 membros = 1 Movimenta 4 membros = 2		2
Apnéia = 0 Respiração Limitada, Dispneia = 1 Respiração profunda e tosse = 2		2
PA + ou - 50% do nível pré-anestésico = 0 PA + ou - 20 a 40% do nível pré-anestésico = 1 PA + ou - 20% do nível pré-anestésico = 2		2
Sat O2 < 90 com oxigênio = 0 Sat O2 > 90 com oxigênio = 1 Sat O2 > 92% sem oxigênio = 2		2
Não responde ao chamado = 0 Despertado ao chamado = 1 Completamente acordado = 2		2
TOTAL DE PONTOS:		10



Assinatura do anestesista



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

PACIENTE: Bruno de Lima Filimon de						DN 13-04-94	
QI	LEITE	CONVÊNIO	IDADE	REGISTRO	GOVERNO DA PARAÍBA		
		SUS	25a	1970319	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
CIRURGIA Trat. cirurg. c/fix de				CIRURGIÃO Dr. Waysson			
ANESTESIA Rafael				ANESTESIA Dr. Lou Van de			
INSTRUMENTADORA		DATA		INÍCIO		FIM	
Lysiane		28-08-19		10:30		12:30	
Qtd.	MODIFICAÇÕES ANESTÉSICAS		Bolsa Colostoma		Qtd.	FIOS	
	Adrenalina amp.		Calel. p/ Óxg.			Catgut cromado Sertix	
	Atropina amp.		Catet. De Urinar Sist. Fech.			Catgut cromado Sertix	
	Diazepam amp.		Compressa Grande			Catgut cromado Sertix	
01	Dimor amp.		Compressa Pequena			Catgut Simples	
	Dolantina amp.		Cotonoide			Catgut Simples Sertix	
	Efrane ml		Dreno			Catgut Simples Sertix	
	Fenegan amp.		Dreno Kerr n°			Catgut Simples Sertix	
	Fentanil ml		Dreno Penrose n°			Cera p/ osso	
	Inova ml		Dreno Pezzer n°			Ethibond	
01	Ketalar ml		Equipo de Macrogotas			Ethibond	
	Ketalar ml		Equipo de Macrogotas			Ethibond	
	Nubahin amp.		Equipo de Sangue			Fio de Algodrão Sertix	
	Pavulon amp.		Equipo de PVC			Fio de Algodrão Sertix	
	Protigmine amp.		Esparadrapo Larco cm			Fio de Algodrão Sutupak	
	Protoxido l/m		Furacim ml			Fio de Algodrão Sutupak	
	Quelicin ml		Gase Pacote c/ 10 unidades			Fila cardiaca	
	Rapifen amp.		H ₂ O ₂ ml		02	Mononylon 2-0	
	Thionembutal ml		Intracath Adulto			Mononylon	
	Tracrium amp.		Intracath Infantil			Prolene Serfix	
Qtd.	MEDICAÇÕES		Lâmina de Bisturi n° 23			Prolene Serfix	
01	Água Destilada amp.		Lâmina de Bisturi n° 11			Prolene Serfix	
02	Decadron amp.		Lâmina de Bisturi n° 15			Prolene Serfix	
	Dipirona amp.		Luvas 7.0		01	Vicryl Serfix 1	
	Flaxidol amp.		Luvas 7.5			Vicryl Serfix	
	Flebocortid amp.		Luvas 8.0			Vicryl Serfix	
	Geramicina amp.		Luvas 8.5				
	Glicose amp.		Oxigênio l/m 22				
	Glucon de Cálcio amp.		Poliflix				
	Haemacel ml.		PVPI Degemante ml				
	Heparema ml		PVPI Tópico ml		Qtd.	SOROS	
	Kanakion amp.		Sabão Antisséptico		02	SG Normotérmico fr 500 ml e/lavac	
	Lasix amp.		Saco coletor			SG Gelado fr 500 ml	
	Medrothinazol.		Seringa desc. 10 ml		03	SG Hipertérmico fr 500 ml	
	Plasil amp.		Seringa desc. 20 ml		02	SG Ringr fr 500 ml	
	Prolamina		Seringa desc. 05 ml			SG fr 500 ml	
	Revivan amp.		Sonda				
	Stuptanon amp.		Sonda folley		Qtd.	ORTESE E PRÓTESE	
	Cefalotina 1g		Sonda Nasogátrica			Material LSI	
02	Cefazolin		Sonda Uretral n°				
02	Si boluf		Sterydrem ml				
			Torreirinha				
Qtd.	MATERIAIS / SOLUÇÕES		Vaselina ml				
	Agulha desc. 25 x 7		Gelcon 18				
	Agulha desc. 28 x 28		Latese				
01	Agulha desc. 3 x 4,5		Latese				
015	Agulha p/ raque n° 25		Latese				
015	Álcool de Enfermagem		Latese				
02	Álcool Iodado ml		Latese				
	Ataduras de Crepon 15		Latese				
	Ataduras de Gessada		Latese				
	Azul metileno amp.		Latese				
	Benzina ml		Latese				
				EQUIPAMENTOS			
				<input checked="" type="checkbox"/> Oxímetro de Pulso <input type="checkbox"/> Serra <input type="checkbox"/> Desfibrilador <input checked="" type="checkbox"/> Foco Frontal <input type="checkbox"/> Fonte de Luz			
				<input type="checkbox"/> Foco Auxiliar <input checked="" type="checkbox"/> Eletrocautério <input type="checkbox"/> Oxícapiógrafo <input checked="" type="checkbox"/> Cardiomonitor <input checked="" type="checkbox"/> Perfurador Elétrico			
				CIRCULANTE RESPONSÁVEL			
				Adalberto E. N. Brandt Rua da Enfermagem COREN - 233298			



HOSPITAL <i>de Emergência e Trauma de P. Grande</i>		COD <i>Pront: 1970319</i>
PACIENTE <i>Bruma de Lima Filizardo</i>		DATA <i>28-08-19</i>
MÉDICO <i>Dr. Wlaurson + Dr. Ylury + Dra Ana</i>	CRM	CONVÊNIO
PROCEDIMENTO <i>Trat. cirurg. e/ fix. de fratura de Fêmur Direito</i>		0076



LAUDO DE MATERIAIS UTILIZADOS



ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DE MATERIAIS	CÓDIGO
01	01	Placa DHS - 03 Furon	
02	01	Pino deslizante N° 90	
03	01	Contra Pino	
04	01	Parafuso cortical N° 38 x 4,5	
05	01	Parafuso cortical N° 42 x 4,5	
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			

MÉDICO _____

HOSPITAL _____

Dra. Ana Maria da S. Anselmo
MR. Ortop. Cir. - Traumatologia
CRM-PB 7825

INSTRUMENTADOR *fossiane*



CNPJ: 26.051.266/0001-57 | INSC. ESTADUAL: 20.456.669-0 | AV. SENADOR SALGADO FILHO, 1718 - TIROL WAY OFFICE, SALA 912 - TIROL
 NATAL/RN - CEP: 59.022-000 | PLANTÃO 24HS (83) 98838-2091 / (84) 99682-3828 | E-MAIL: LSINATAL@GMAIL.COM





FOLHA DE ANESTESIA		NOME		IDADE		SEXO		COR		LEITO		Nº BRONQUIÁRIO	
FOLHA DE ANESTESIA		BRUNO DE LIMA FELISBANDO		25		H		COR		LEITO		1970345	
TPO SANGÜINEO		RESPIRATÓRIO		PULS		RESPIRATÓRIO		TEMPERATURA		PESO		ALTURA	
HEMACIAS		HEMOGLOBINA		HEMATÓCRITO		GLICEMIA		URÉIA		OUTROS		URINA	
AP. RESPIRATÓRIO		ASMA		BRONQUITE		ELETROCARDIOGRAMA		AP. URINÁRIO		AL. RIG.		ESTADO FÍSICO	
AP. DIGESTIVO		DENTES		PESCOÇO		CORTICOIDES		HIPOTENSORES		RISCO		DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO	
ESTADO MENTAL		ATAFAXICOS		CORTICOIDES		AL. RIG.		HIPOTENSORES		RISCO		ANESTESIAS ANTERIORES	
MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA		APLICADA		AS		EFEITO		MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA		APLICADA		AS	
AGENTE ANESTÉSICO		D.		1030		1130		1230		1330		1430	
LÍQUIDOS		SF		500 + 500		500 + 500		500 + 500		500 + 500		500 + 500	
CÓDIGOS		VF. ARTERIAL		DO PULSO		O. RESPIRAÇÃO		ANESTESIA		O. OPERAÇÃO		ANESTESIA	
SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES		D.D. 1030		1030		1130		1230		1330		1430	
POSICÃO		D.D. 1030		1030		1130		1230		1330		1430	
AGENTES		D.D. 1030		1030		1130		1230		1330		1430	
TÉCNICA		D.D. 1030		1030		1130		1230		1330		1430	
OPERAÇÃO		D.D. 1030		1030		1130		1230		1330		1430	
CIRURGIOS		D.D. 1030		1030		1130		1230		1330		1430	
ANESTESISTAS		D.D. 1030		1030		1130		1230		1330		1430	
OBSERVAÇÕES		D.D. 1030		1030		1130		1230		1330		1430	
ANOTAR, NO VERSO AS COMPLICAÇÕES PRÉ-OPERATÓRIAS E POS-OPERATÓRIAS.		D.D. 1030		1030		1130		1230		1330		1430	

EVOLUÇÃO FISIOTERAPÊUTICA

Paciente		Prontuário	Ala	Leito	Enfermaria
Bruno de Lima Felisardo			Ortopedia I	2	1
Data	Hora		Data	Hora	
21/08/19	Tarde	Avaliação diagnóstica clínica: fratura - transtrocantérica direita. HDA: acidente motociclístico. Exame físico: pat. restrito ao leito, consciente, orientado, normotenso, normotênico, colaborativo. PA: 130 x 90 mmHg. Sato: 97%, FC: 97 bpm. Avaliação funcional: MID: restrição da ADM, normotênico, tripismo fisiológico, grau de força 5 para mm posteriores da perna, os demais mm. não foi possível avaliar devido a fratura, não repouso do ao repouso, edema na região trocantérica. Conduta: MID: estimulação proprioceptiva de joelho, mobilização patela passiva, exercício resistido com auxílio do thera-band em mm posteriores da perna 3x10 repetições e isometria 3x10. MIE: mobilização ativa 3x15 repetições, exercício ativo resistido com thera-band flexo-extensão 3x10 repetições. ACD: Unifacisa. Thiago Santos de Araújo	22/08/19	Manhã	Paciente em EGR, apático ao toque, marmarado, colaborativo. Conduta: mobilização metatarsais 1 ^a e 2 ^a , mobilização de quadril esquerdo, mobilização de tornozelo direito e esquerdo, exercícios ativos de flexão e extensão de joelho esquerdo (3x5) repetições, alongamento das musculas cervicais, orientação verbal, a importância da mobilização das membros adjacentes. Paciente responde bem a conduta proposta, não apresentando nenhuma intercorrência. ACD: Janiele dos Santos Oliveira - UEPB.
			 Marina C. Medeiros FISIOTERAPEUTA CREFITO 203585-F		
			 Yago Ramos de Farias Alres FISIOTERAPEUTA CREFITO - 207468-F		



30/08/2019

HTCG-Painel Administrativo

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809
Boletim de Emergência (B.E) - Modelo 03

CNPJ: 08.778.268/0038-52

Data: 30/08/2019

NOME : Wagner Luiz Egito De Araujo



GOVERNO
DA PARAÍBA



GOVERNO
DA PARAÍBA

LIBERAÇÃO DE LEITO

Nome do Paciente: BRUNO DE LIMA FELISARDO

Data da Internação: 18/08/2019

Data da Alta: 30/08/2019

Registro: 1970345

Tempo de Permanência: -18127

Diagnóstico Inicial:

Diagnóstico Final: 0408050632

Cirurgia: OSTEOSINTESE

Data: 28/08/2019

Equipe:

Cirurgião: WAERSON JOSE DE SOUZA

Aux 1: YWRY DE PAIVA CAMARA

Aux 2: ANA MARIA DA SILVA ANSELMO

Aux 3:

Aux 4:

Anestesista:

Medicamentos:

Resumo Clínico (História, Evolução, Terapêutica e Complicações): PACIENTE VITIMA DE TRAUMA EM QUADRIL DIREITO, COM DOR, LIMITAÇÃO DE MOVIMENTO, FOI REALIZADO PROCEDIMENTO CIRURGICO SEM INTERCORRENCIAS

Orientações: SOLICITO FISIOTERAPIA MOTORA, RETORNO CONSULTAS AMBULATORIAIS, CASO INTERCORRENCIAS RETORNAR, ATESTADO MÉDICO, ORIENTAÇÕES ORTOPEDICAS E SOBRE LIMPEZA DE FERIDA OPERATORIA,

Medicações para Casa: PRESCREVO CIPROFLOXACINO 500 MG VO 12/12H POR 07 DIAS, ARFLEX 200MG VO 1X AODIA POR 06 DIAS, DIPIRONA 1G VO 6/6H CASO DOR, XARELTO 10 MG VO 1X AO DIA POR NO MINIMO 28 DIAS

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: LAVAR COM ÁGUA E SABÃO DUAS VEZES AO DIA. SE APRESENTAR FEBRE, DOR, VERMELHIDÃO OU INCHAÇO RETORNAR IMEDIATAMENTE AO HOSPITAL!

Condições de Alta: Melhorado

Data: 30/08/2019

Assinatura/Carimbo

Wagner Luiz Egito De Araujo

OBS: LIBERAÇÃO CONFERIDA NO RESUMO DE ALTA! RESPONSÁVEL: Wagner Luiz Egito De Araujo

projetohtcg/impreresumoalta.php?contar=1970345



Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 31/12/2019 10:03:37

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19123110033758700000026334669

Número do documento: 19123110033758700000026334669

29/08/2019

10.1.1.148/projetohtcg/imprimevo.php?datasai=2019-08-29&contar=1970345&IDC=41341



GOVERNO DA PARAÍBA

CNPJ: 10.848.190/0001-55

Data: 29/08/2019

Horas: 10:30:28

Médico (a) Diarista : Wagner Luiz Egito De Araujo

PRESCRIÇÃO MÉDICA

DADOS DO PACIENTE :

Nº do prontuário: 1970345 Paciente: BRUNO DE LIMA FELISARDO Idade: 025 Sexo: M

Nome da Mãe: MARIA DO SOCORRO DE LIMA NOBERTO Data de Nascimento: 13/04/1994 Admissão: 18/08/2019 DIH - 11

Clínica: ORTOPEDIA 1 Enfermaria: 9 Leito: 4 Diagnóstico: FRATURA TRANSTROCANTERICA D

DIA 29/08/2019

MÉDICO(A): Wagner Luiz Egito De Araujo /

Item	Prescrição	Aprazamento
1	DIETA LIVRE apos RPA	
2	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML E.V, 1FRASCO, 6h/6h	12 18 24 06
3	CEFTRIAXONA SODICA 1 G INTRAVENOSO/INTRAMUSCULAR 1FRA AMP, 12h/12h 1D/2D	12 18 24 06
4	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML 2 ML E.V, 1AMPOLA, 6h/6h	12 18 24 06
5	ONDANSETRONA CLORIDRATO 2 MG/ML 2 ML E.V, 1AMPOLA, FAZER SE NECESSARIO 8/8H SE NAUSEA OU VOMITOS	12 18 24 06
6	RANITIDINA CLORIDRATO 50 MG/ML 2 ML E.V, 1AMPOLA, 12h/12h Diluir em 100 ML SF	12 18 24 06
7	ACIDO ACETIL SALICILICO 100 MG V.O, 1COMP, 1 X AO DIA	12 18 24 06
8	ENOXAPARINA SODICA 40 MG/04 ML S.C, 1SERINGA, 24h/24h (ADM AS 14h)	12 18 24 06
9	TRAMADOL CLORIDRATO 100 MG/2ML 2 ML E.V, 1AMPOLA, FAZER SE NECESSARIO 8/8 HORAS, SE DOR FORTE	12 18 24 06
10	FISIOTERAPIA MOTORA	
11	CUIDADOS GERAIS + SINAIS VITAIS	

EVOLUÇÃO

DATA: 29/08/2019 HORA: 10:30:01

PACIENTE SEGUE EM LEITO DE ENFERMARIA, CONSCIENTE E ORIENTADO, SEM QUEIXAS. SONO PRESERVADO, BOA ACEITAÇÃO DA DIETA, DIURESE PRESENTE, EVACUAÇÕES PRESENTES. NEGA HAS, DM E ALERGIA MEDICAMENTOSA. HOSPITAL SEM CLEXANE, PRESCREVO ASS CIENTE EM 01 DPO SEM INTERCORRENCIAS

CONDUTA: VPM

ASSINATURA + CARIMBO
Wagner Luiz Egito De Araujo

Wagner Luiz Egito De Araujo
MR. ORTOPEDIA - RAL 1101010
CRM - PB 8926



GOVERNO
DA PARAÍBA

CNPJ: 10.848.190/0001-55

Data: 26/08/2019

Horas: 10:37:31

Médico (a) Diarista : Ana Maria Da Silva Anselmo

PRESCRIÇÃO MÉDICA

DADOS DO PACIENTE :

Nº do prontuário: 1970345 Paciente: BRUNO DE LIMA FELISARDO Idade: 025 Sexo: M

Nome da Mãe: MARIA DO SOCORRO DE LIMA NOBERTO Data de Nascimento: 13/04/1994 Admissão: 18/08/2019 DIH - 8

Clínica: ORTOPEDIA I Enfermaria: 9 Leito: 4 Diagnóstico: FRATURA TRANSTROCANTERICA D

DIA 26/08/2019

MÉDICO(A): Ana Maria Da Silva Anselmo /

Item	Prescrição	Aprazamento
1	DIETA LIVRE	
2	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML E.V. 1FRASCO, 8h/8h	
3	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML 2 ML E.V. 1AMPOLA, 6h/6h	
4	ONDANSETRONA CLORIDRATO 2 MG/ML 2 ML E.V. 1AMPOLA, FAZER SE NECESSÁRIO 8/8H SE NAUSEA OU VÔMITOS	
5	RANITIDINA CLORIDRATO 50 MG/ML 2 ML E.V. 1AMPOLA, 12h/12h Diluir em 100 ML SF	
6	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/04 ML S.C. 1SERINGA, 24h/24h (ADM AS 14h)	
7	TRAMADOL CLORIDRATO 100 MG/2ML 2 ML E.V. 1AMPOLA, FAZER SE NECESSÁRIO 8/8 HORAS, SE DOR FORTE	
8	FISIOTERAPIA MOTORA	
9	CUIDADOS GERAIS + SINAIS VITAIS	

EVOLUÇÃO

DATA: 26/08/2019 HORA: 10:37:21

PACIENTE SEGUE EM LEITO DE ENFERMARIA, CONSCIENTE E ORIENTADO, SEM QUEIXAS. SONO PRESERVADO, BOA ACEITAÇÃO DA DIETA, DIURESE PRESENTE, EVACUAÇÕES PRESENTES. NEGA HAS, DM E ALERGIA MEDICAMENTOSA.

CONDUTA:

- VPM.
- AGUARDA CIRURGIA.

ASSINATURA + CARIMBO
Ana Maria Da Silva AnselmoDra. Ana Maria Da Silva Anselmo
MR. Ortopedia - Traumatologia
CRM-PB 7825

D - 26-08-19
H - 09:00
P. A - 120x80
Paciente consciente
orientado ~~acesso~~
treçado medicação
aguarda cirurgia
e segue nas
unidades de enfer-
magem.

Jucilene dos Santos Silva
COREN-PB 958.700-TE

D - 26-08-19
H - 20:00
P. A - 120x80

Jucilene dos Santos Silva
COREN-PB 958.700-TE



GOVERNO
DA PARAÍBA

CNPJ: 10.848.190/0001-55

Data: 25/08/2019

Horas: 10:15:43

Médico (a) Diarista : Ana Maria Da Silva Anselmo

PRESCRIÇÃO MÉDICA

DADOS DO PACIENTE :

Nº do prontuário: 1970345 Paciente: BRUNO DE LIMA FELISARDO Idade: 025 Sexo: M

Nome da Mãe: MARIA DO SOCORRO DE LIMA NOBERTO Data de Nascimento: 13/04/1994 Admissão: 18/08/2019 DIH - 7

Clínica: ORTOPEDIA I Enfermaria: 9 Leito: 4 Diagnóstico: FRATURA TRANSTROCANTERICA D

DIA 25/08/2019

MÉDICO(A): Ana Maria Da Silva Anselmo /

Item	Prescrição	Aprazamento
1	DIETA LIVRE	
2	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML E.V, 1FRASCO, 8h/8h	
3	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML 2 ML E.V, 1AMPOLA, 6h/6h	14 22-05 12-18 24-06
4	ONDANSETRONA CLORIDRATO 2 MG/ML 2 ML E.V, 1AMPOLA, FAZER SE NECESSÁRIO 8/8H SE NAUSEA OU VÔMITOS	
5	RANITIDINA CLORIDRATO 50 MG/ML 2 ML E.V, 1AMPOLA, 12h/12h Diluir em 100 ML SF	18 20 FAI 24-06
6	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/04 ML S.C, 1SERINGA, 24h/24h (ADM AS 14h)	
7	TRAMADOL CLORIDRATO 100 MG/2ML 2 ML E.V, 1AMPOLA, FAZER SE NECESSÁRIO 8/8 HORAS, SE DOR FORTE	
8	FISIOTERAPIA MOTORA	
9	CUIDADOS GERAIS + SINAIS VITAIS	

EVOLUÇÃO

DATA: 25/08/2019 HORA: 10:15:36

PACIENTE SEGUE EM LEITO DE ENFERMARIA, CONSCIENTE E ORIENTADO, SEM QUEIXAS.
SONO PRESERVADO, BOA ACEITAÇÃO DA DIETA, DIURESE PRESENTE, EVACUAÇÕES PRESENTES.
NEGA HAS, DM E ALERGIA MEDICAMENTOSA.


CONDUTA:

- VPM.
- AGUARDA CIRURGIA.

ASSINATURA + CARIMBO
Ana Maria Da Silva Anselmo

Dra. Ana Maria da S. Anselmo
MR. Ortopedia - Traumatologia
CRM-PB 7825



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 001.5.19.18694/01
Nº do Processo:	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 31/12/2019
Número da guia: 001.2019.618694 Tipo da Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 31/12/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.013,20 Promovente: BRUNO DE LIMA FELISARDO - Taxa Judiciária: R\$ 167,06 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,66
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.193,61
			Desconto total: R\$ 0,00
866900000112 936109283189 520191231007 151918694010 			Valor final: R\$ 1.193,61

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 001.5.19.18694/01
Nº do Processo:	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 31/12/2019
Número da guia: 001.2019.618694 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 31/12/2019
Promovente: BRUNO DE LIMA FELISARDO Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT			UFR vigente: R\$ 50,66
Detalhamento: - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Cartas: R\$ 12,00			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.193,61
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.193,61

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 001.5.19.18694/01
Nº do Processo:	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 31/12/2019
Número da guia: 001.2019.618694 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 31/12/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.013,20 Promovente: BRUNO DE LIMA FELISARDO - Taxa Judiciária: R\$ 167,06 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,66
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.193,61
			Desconto total: R\$ 0,00
866900000112 936109283189 520191231007 151918694010 			Valor final: R\$ 1.193,61





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 001.2019.618694

Data Vencimento: 31/12/2019

Data Emissão: 31/12/2019

Comarca: Campina Grande

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: BRUNO DE LIMA FELISARDO

Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT

Valor da Causa: R\$ 11.137,50

Despesas Processuais: R\$ 12,00

Custas: R\$ 1.013,20

Taxa: R\$ 167,06

Total da Guia: R\$ 1.192,26

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0832696-98.2019.8.15.0001

DESPACHO

Vistos, etc.

Não há mais o que se discutir acerca da afirmação de que o seguro DPVAT indeniza sequelas decorrentes de acidente de trânsito, de acordo com respectiva tabela. O STJ é categórico nesse sentido.

O autor diz que, na via administrativa, recebeu o montante de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Sustenta, ainda, que deve receber o valor máximo e pugnou pelo pagamento de indenização complementar no importe de R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos), mas não apresenta nenhuma justificativa legal e fática, em toda a sua narrativa, para isso.

O autor precisa dizer onde foi enquadrado na tabela, administrativamente, e apontar o seguimento da tabela que entende como o correto a justificar saldo a receber. Deve também apontar em documentação médica onde está a informação que lhe garante, na sua ótica, esse enquadramento. Se não tiver condições de identificar o enquadramento feito pela seguradora, administrativamente, deve, no mínimo, apontar, objetivamente, o seu entendimento de onde deve ser enquadrado a justificar de pagamento de valores a maior em relação ao que já recebeu administrativamente.

Apenas dizer que existe diferença a receber sem fundamentar o seu pedido na tabela e em documentos médicos não o autorizam a provocar o Judiciário para a solução da questão.

O que tem acontecido é que, com a pacificação do entendimento acerca da necessidade do prévio requerimento, as partes têm deixado de ingressar diretamente no Judiciário para requerer seguro DPVAT, mas o buscam afirmando a existência de diferença a receber, sem qualquer explicação legal e fática.

Geralmente, o que se apresenta é tão somente a documentação médica do dia do acidente, quando ela informa, na maioria das vezes, apenas eventual lesão e o tratamento ministrado. Da inicial e da documentação médica não enxergo nada que justifique pagamento no teto, ou seja, R\$ 13.500,00, que são os casos de invalidez total, de acordo com a tabela DPVAT.



Da narrativa da exordial não se conclui logicamente o pedido. Não há causa de pedir. O pedido, como feito, impede até mesmo o contraditório e o exercício amplo de defesa.

Isto posto, intime-se a parte autora para emendar a petição inicial, no prazo de 15 dias (art. 321 do CPC), sob pena de indeferimento, apontando objetivamente em que consiste a sequela do acidente e que, na sua ótica, é passível de indenização pelo seguro DPVAT, o seguimento da tabela onde deve ser enquadrado e o documento médico que informa a permanência de sequela decorrente da lesão ocasionada no acidente. Do contrário, não se tem como concluir o seu pedido sem que haja esse relato na petição inicial (art. 330, §1º, III, do CPC), bem como apresentar documento médico ou qualquer outro que se mostre como início de prova a justificar a provocação judicial (art. 320 do CPC), que tenho, no caso concreto, como documento essencial à propositura da ação.

Campina Grande, data e assinatura digitais.

Juiz de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0832696-98.2019.8.15.0001

DESPACHO

Vistos, etc.

Não há mais o que se discutir acerca da afirmação de que o seguro DPVAT indeniza sequelas decorrentes de acidente de trânsito, de acordo com respectiva tabela. O STJ é categórico nesse sentido.

O autor diz que, na via administrativa, recebeu o montante de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Sustenta, ainda, que deve receber o valor máximo e pugnou pelo pagamento de indenização complementar no importe de R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos), mas não apresenta nenhuma justificativa legal e fática, em toda a sua narrativa, para isso.

O autor precisa dizer onde foi enquadrado na tabela, administrativamente, e apontar o seguimento da tabela que entende como o correto a justificar saldo a receber. Deve também apontar em documentação médica onde está a informação que lhe garante, na sua ótica, esse enquadramento. Se não tiver condições de identificar o enquadramento feito pela seguradora, administrativamente, deve, no mínimo, apontar, objetivamente, o seu entendimento de onde deve ser enquadrado a justificar de pagamento de valores a maior em relação ao que já recebeu administrativamente.

Apenas dizer que existe diferença a receber sem fundamentar o seu pedido na tabela e em documentos médicos não o autorizam a provocar o Judiciário para a solução da questão.

O que tem acontecido é que, com a pacificação do entendimento acerca da necessidade do prévio requerimento, as partes têm deixado de ingressar diretamente no Judiciário para requerer seguro DPVAT, mas o buscam afirmando a existência de diferença a receber, sem qualquer explicação legal e fática.

Geralmente, o que se apresenta é tão somente a documentação médica do dia do acidente, quando ela informa, na maioria das vezes, apenas eventual lesão e o tratamento ministrado. Da inicial e da documentação médica não enxergo nada que justifique pagamento no teto, ou seja, R\$ 13.500,00, que são os casos de invalidez total, de acordo com a tabela DPVAT.



Da narrativa da exordial não se conclui logicamente o pedido. Não há causa de pedir. O pedido, como feito, impede até mesmo o contraditório e o exercício amplo de defesa.

Isto posto, intime-se a parte autora para emendar a petição inicial, no prazo de 15 dias (art. 321 do CPC), sob pena de indeferimento, apontando objetivamente em que consiste a sequela do acidente e que, na sua ótica, é passível de indenização pelo seguro DPVAT, o seguimento da tabela onde deve ser enquadrado e o documento médico que informa a permanência de sequela decorrente da lesão ocasionada no acidente. Do contrário, não se tem como concluir o seu pedido sem que haja esse relato na petição inicial (art. 330, §1º, III, do CPC), bem como apresentar documento médico ou qualquer outro que se mostre como início de prova a justificar a provocação judicial (art. 320 do CPC), que tenho, no caso concreto, como documento essencial à propositura da ação.

Campina Grande, data e assinatura digitais.

Juiz de Direito



Petição em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB.**

Processo nº **0832696-98.2019.8.15.0001**

BRUNO DE LIMA FELISARDO, já qualificada nos autos da Ação de Indenização Seguro DPVAT, que move em face da **SEGURADORA LÍDER** por seu procurador subscrito, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência emendar a petição e requerer no tocante ao R. Despacho:

Insta Ressaltar que a parte promovente apenas juntou a documentação médica do acidente, devido não possuir meios financeiros de arcar com consultas médicas para emissão de laudos que quantifiquem a sua lesão, devido comprometer seu próprio sustento. Porém da documentação médica se extrai lesões ocorridas que geram sequelas específicas e objetivas, porém só quantificadas suas porcentagem através de uma perícia médica, bem como o Órgão do IML, que não possuem médico ortopedista capacitado para realização de tal avaliação, na cidade de Campina Grande.

A Juntada do prontuário médico relata **FRATURA DE FÊMUR DIREITO**, onde autor passou por cirurgia, onde no relatório consta que houve fixação da fratura com **01 PLACA/ 3 FUROS/ 2 PARAFUSOS CORTICAIS DE 4.5MM**

Nobre julgador, ressaltar que da lesão não há sequelas de uma fratura DE MEMBRO INFERIOR, que foi reduzida anatomicamente com uma cirurgia com **PLACAS/PINOS E PARAFUSOS**, é **inadmissível. Uma pessoa que passa por uma cirurgia para inclusão de placas e parafusos em face, não terá a mesma estrutura facial, qual detinha anteriormente.**





Acidente Durante Operação:

Descrição da Operação: 01- PACIENTE EM DECUBITO DORSAL SOB ANESTESIA E MESA DE TRACÃO
 02- ASSEPSIA E ANTISSEPSIA MID
 03- COLOCAÇÃO DE CAMPOS CIRURGICOS ESTÉREIS
 04- INCISAO FACE LATERAL QUADRIL D + DIVULSAO POR PLANOS
 05- APOSICAO DISPOSITIVO DHS 135 GRAUS (01 PLACA 3 FUR0S)
 06- FIXAÇÃO EM DIAFISE FEMORAL D (2 PARAFUSOS CORTICAIS 4.5MM)
 08- LC + DC + LAVAGEM SF0.9%
 09- HEMOSTASIA
 09- FECHAMENTO POR PLANOS + SUTURAS
 10- CURATIVOS

Data 28/08/2019

Assinatura/Carimbo de
 Wagner Luiz Egito De Araújo

HOSPITAL	de Emergência - Trauma de C. Grande - 4970319		COO
PACIENTE	Trauma de Lima Filipe		DATA
MEDICO	CRM	CONVENIO	
PROCEDIMENTO	0076		


LAUDO DE MATERIAIS UTILIZADOS


ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DE MATERIAIS	CODIGO
01	01	Placa DHS 135 Graus	
02	01	2 parafusos corticais 4.5x40	
03	01	2 parafusos corticais 4.5x40	
04	01	2 parafusos corticais 4.5x40	
05	01	2 parafusos corticais 4.5x40	
06			
07			
08			
09			

Desse modo ressaltasse os seguimentos da tabela qual o autor se enquadra:

DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	PERCENTU AL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDU AL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores						



Diante das lesões da parte autora, emendasse o valor da causa para o teto máximo que a parte autora tem direito ao complemento que é correspondente a sua lesão que é de **R\$ 7.762,50 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

Toda via é indiscutível a especificação da % da perda dentro da tabela da Lei 11.482/2007, devido a quantificação de perda seja ela parcial ou total, pois quem possui aptidão e capacidade técnica para tal é um médico com especialidade em neurologista para quantificar a lesão e sua invalidez permanente, porém o autor não possui capacidade econômica para arcar com tais despesas para elaboração de um laudo médico que ateste a sua invalidez, motivo pelo qual requer a perícia judicial para resguardar direito do autor de acesso à justiça conforme prevê a Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, XXXV : “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”

É cediço que a Lei nº 11.482/2007 deu nova redação ao art. 3º da Lei de Regência, estabelecendo novo valor para indenização por invalidez permanente, qual seja, o *quantum* de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Por outro lado, não se pode olvidar que com o advento da Lei nº 11.945/2009, o pagamento de indenização do seguro DPVAT para os casos de invalidez do beneficiário passou a ser feito com estrita observância ao grau de lesão experimentado pelo segurado, grau esse que só poderá ser objetivamente mensurado com a perícia médica judicial.

Em outras palavras, a quantificação das lesões passou a ser imprescindível para fixação do *quantum* relativo à indenização do seguro DPVAT, tanto é assim que o Colendo STJ editou a Súmula 474, que tem o seguinte enunciado: “*A indenização do seguro DVPAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez*”.

Os Tribunais de Justiça vêm adotando este mesmo parâmetro, consoante se vê do seguinte aresto.

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT-
INVALIDEZ PERMANENTE - AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ -
IMPRESCINDIBILIDADE - QUANTIFICAÇÃO DA COBERTURA -
SÚMULA 474 STJ. - Em ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT,
o prazo prescricional começa a fluir da data em que a parte autora tem ciência
inequívoca de sua invalidez. - **Em caso de invalidez parcial do beneficiário,
a indenização securitária será paga de forma proporcional ao grau da
invalidez (Súmula 474 STJ).**(TJ-MG - AC: 10702084436352001 MG ,
Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 05/02/2014, Câmaras Cíveis
/ 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 13/02/2014)



De tal modo não tendo como a parte autora especificar o quantum a receber sem a quantificação de sua lesão por um médico ortopedista, por motivo o qual requer a perícia medica judicial.

A documentação médica anexada ao autos possui validade jurídica devido a mesma ter sido realizada junto a profissional altamente capacitado e especializado.

Dessa forma, caso o R. Juízo reconheça que o meio de prova é insuficiente para verificação da invalidade de parte autora, que o mesmo assim designe-se para a realização de pericial judicial, para que seja apurado a incapacidade permanente da parte autora, para que a mesma tenha seu direito reconhecido nesta ação, e o devido recebimento da indenização pelo sinistro que lhe ocorreu.

O pagamento da indenização do seguro obrigatório está sujeito à comprovação das condições previstas no artigo 5º da Lei nº 6194/74. Destarte, revela-se impertinente a exigência da seguradora quanto à apresentação de outros documentos não previstos no citado dispositivo, como se verifica foi apresentado Boletim Policial para comprovação do acidente, não havendo necessidade de qualquer outra documentação declaratória para comprovação de tal fato. Porém a mesma realizou o cancelamento do sinistro de indenização devido a essa pendência de documentação.

Destarte a seguradora vem descumprindo o artigo 5º da lei 6.194/74 que preconiza: "**O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**", no caso foi provado o acidente e os danos decorrentes do mesmo, não sendo necessário nenhuma documentação complementar para devido recebimento da indenização DPVAT.

Devido a tal fato o processo administrativo está cancelado, mesmo apresentando toda a documentação necessária qual é realmente exigida legalmente e realizado as correções e pendências, não restando outro meio a não ser o judicial, conforme o artigo "5º, XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" da Constituição Federal de 1988.

Segue Jurisprudência desse Respeitável Tribunal de Justiça da Paraíba a respeito:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE. REQUERIMENTO DE PROVA PERICIAL MÉDICA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INDISPENSABILIDADE DE PRODUÇÃO DO LAUDO MÉDICO. CERCEAMENTO DE DEFESA. CONFIGURAÇÃO. NULIDADE DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO A QUO. PROVIMENTO.

Tratando-se de indenização securitária em que a prova da lesão se faz necessária, configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, sem que tenha sido oportunizada a realização de prova pericial requerida pelo autor.



“A prova é instituto jurídico necessário à realização do direito e à correta administração da justiça, tendo por finalidade levar ao espírito do julgador a certeza da existência ou inexistência dos fatos alegados pelas partes”.
Processo Nº 0819748-95.2017.8.15.0001, 3ª Câmara Especializada Cível, Relator DESA. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES, j. em 28/02/2019)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO. SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. IRRESIGNAÇÃO. **REQUERIMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPROVAÇÃO. REFORMA DA SENTENÇA.** LESÃO do 1º, 2º e 3º pododáctilos esquerdo, NO PERCENTUAL DE 50% DE INCAPACIDADE. LAUDO MÉDICO PERICIAL ACOSTADO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. TERMO INICIAL DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS Nº 426 E 580 DO STJ. PROVIMENTO. - **Não há que se falar em ausência de pretensão resistida quando o autor comprova a realização de prévio pedido na via administrativa, não sendo necessário o seu esgotamento.** - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. - Consoante a Súmula nº 426, do Superior Tribunal de Justiça, os juros de mora na indenização de Seguro DPVAT incidem desde a citação. - Súmula n. 580 do STJ: "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso". (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00013261520168150301, 3ª Câmara Especializada Cível, Relator DESA. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES, j. em 05-12-2017)

O conjunto probatório carreado aos autos demonstra claramente que a) o autor sofreu o acidente, b) que o autor possui danos físicos decorrentes deste. Tais documentos mostram-se plenamente suficientes, aliados ainda à perícia médica - requerida pelo autor e que certamente será determinada por Vossa Excelência - para demonstrar o lícito direito pleiteado nestes autos.

Diante do exposto requer a Vossa Excelência que seja dado prosseguimento ao feito, intimando a parte contrária para apresentação de resposta, bem como sejam julgados procedentes os pedidos da inicial, determinando-se a realização de perícia médica designando um médico especialista que apure o grau de invalidez que acomete ao autor e que sejam utilizados os quesitos anexados a parte na realização da perícia, para assim condenar-se a ré nos exatos termos da lei.

Termos em que,

Rua: Antônio Sérgio de Almeida, nº800 -B, Severino Cabral,
Bodocongó, Campina Grande - PB. CEP: 58430-340.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com





Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande, 21 de Janeiro de 2020

INÁCIO BRUNO SARMENTO
OAB/PB 21.472

Rua: Antônio Sérgio de Almeida, nº800 –B, Severino Cabral,
Bodocongó, Campina Grande – PB. CEP: 58430-340.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0832696-98.2019.8.15.0001

DECISÃO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade judiciária.

Recebo a emenda à inicial.

Deixo de encaminhar os autos ao CEJUS, pois a causa não admite a autocomposição (art. 334, § 4.º, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015), no momento inicial do processo, ante a ausência do exame pericial, requisito essencial para verificar a invalidez da autora.

Ressalto que esta posição não importa no descumprimento do dever de conciliar as partes, previsto nos arts. 3.º, § 2.º, e 139, V, do CPC, pois este poderá realizar-se “sempre que possível” (art. 3.º, § 2.º) e “a qualquer tempo” (art. 139, V), de sorte que nada impede a promoção da autocomposição, com designação de audiência para esse fim, posteriormente ou em conjunto com a perícia judicial, como, aliás, vem acontecendo nos mutirões de processos de Seguro DPVAT ordinariamente realizados pelo TJPB.

Intime-se a parte autora apenas para ciência.

Cite-se o a promovida para tomar conhecimento da presente ação e, querendo, contestá-la em quinze dias, sob pena de revelia.

Campina Grande/PB, data e assinatura digitais.

ANDRÉA DANTAS XIMENES

Juíza de Direito Titular.

